

NIDAL AHMAD

Manual de Direito PENAL

Parte Geral



2022



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

Contato: www.editorajuspodivm.com.br/sac

Copyright: Edições JusPODIVM

Capa e diagramação: Maitê Coelho e Cendi Coelho (cendicoelho@gmail.com)

A286m Ahmad, Nidal.
Manual de Direito Penal: Parte Geral / Nidal Ahmad – São Paulo: Editora Juspodivm,
2022.
976 p.

Bibliografia
ISBN 978-65-5680-903-8

1. Direito Penal. I. Ahmad, Nidal. II. Título.

CDD 341.5

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

PARTE I • TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL

| | |
|--|----|
| 1. NOÇÕES GERAIS DO DIREITO PENAL | 51 |
| 1.1 Conceito de Direito Penal | 51 |
| 1.2 Características do Direito Penal | 51 |
| 1.3 Direito Penal e outros ramos do Direito | 52 |
| 1.3.1 Relação com o Direito Constitucional | 52 |
| 1.3.2 Relação com o Direito Processual Penal | 52 |
| 1.3.3 Relação com o Direito Administrativo | 53 |
| 1.3.4 Relação com o Direito Civil | 53 |
| 1.3.5 Relação com o Direito Internacional | 53 |
| 2. EVOLUÇÃO DO DIREITO PENAL | 55 |
| 2.1 Direito Penal e vingança | 55 |
| 2.1.1 Noções introdutórias | 55 |
| 2.1.2 Vingança divina | 55 |
| 2.1.3 Vingança privada | 56 |
| 2.1.4 Vingança pública | 56 |
| 2.2 Direito Penal e idade antiga | 57 |
| 2.2.1 Direito Penal e a Grécia antiga | 57 |
| 2.2.2 Direito Penal em Roma | 57 |
| 2.3 Direito Penal e Idade Média | 58 |
| 2.3.1 Direito Penal Germânico | 58 |
| 2.3.2 Direito Penal Canônico | 58 |
| 2.4 Direito Penal e idade moderna | 59 |
| 3. TENDÊNCIAS DOUTRINÁRIAS DO DIREITO PENAL | 61 |
| 3.1 Escola Clássica | 61 |
| 3.2 Escola Positiva | 63 |
| 3.3 Positivismo jurídico | 64 |
| 3.4 Neokantismo penal | 65 |
| 3.5 Garantismo penal | 66 |
| 3.6 Funcionalismo penal | 66 |
| 3.7 Direito penal do inimigo | 67 |

| | |
|--|-----|
| 4. PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL | 69 |
| 4.1 Noções introdutórias..... | 69 |
| 4.2 Princípios do Direito Penal..... | 69 |
| 4.2.1 Princípio da reserva legal ou da estrita legalidade..... | 69 |
| 4.2.2 Princípio da anterioridade..... | 71 |
| 4.2.3 Princípio da personalidade, responsabilidade pessoal ou da intranscendência..... | 72 |
| 4.2.4 Princípio da responsabilidade penal subjetiva..... | 72 |
| 4.2.5 Princípio da ofensividade ou da lesividade..... | 72 |
| 4.2.6 Princípio da intervenção mínima..... | 73 |
| 4.2.7 Princípio da insignificância ou crime de bagatela..... | 75 |
| 4.2.7.1 Noções introdutórias..... | 75 |
| 4.2.7.2 Requisitos..... | 76 |
| 4.2.7.2.1 Requisitos objetivos..... | 76 |
| 4.2.7.2.2 Requisitos subjetivos..... | 77 |
| 4.2.7.3 Princípio da insignificância em espécie..... | 78 |
| 4.2.7.4 Princípio da insignificância imprópria..... | 86 |
| 4.2.8 Princípio da exclusiva proteção do bem jurídico..... | 87 |
| 4.2.9 Princípio da adequação social..... | 88 |
| 4.2.10 Princípio da confiança..... | 88 |
| 4.2.11 Princípio da alteridade..... | 89 |
| 4.2.12 Princípio da individualização da pena..... | 89 |
| 4.2.13 Princípio da humanidade..... | 90 |
| 4.2.14 Princípio da proporcionalidade ou da razoabilidade..... | 90 |
| 4.2.15 Princípio do <i>ne bis in idem</i> | 91 |
| 5. FONTES DO DIREITO PENAL | 93 |
| 5.1 Noções introdutórias..... | 93 |
| 5.2 Fontes materiais, substanciais ou de produção..... | 93 |
| 5.3 Fontes formais, cognitivas ou de conhecimento..... | 94 |
| 5.3.1 Constituição Federal..... | 94 |
| 5.3.2 Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos..... | 95 |
| 5.3.3 Costumes..... | 95 |
| 5.3.4 Jurisprudência..... | 96 |
| 5.3.5 Doutrina..... | 97 |
| 5.3.6 Princípios gerais do direito..... | 97 |
| 6. LEI PENAL | 99 |
| 6.1 Introdução..... | 99 |
| 6.2 A técnica legislativa no Direito Penal..... | 100 |
| 6.3 Características da lei penal..... | 100 |
| 6.4 Classificação das Leis Penais..... | 101 |
| 6.4.1 Leis penais incriminadoras..... | 101 |
| 6.4.2 Leis penais não incriminadoras..... | 101 |
| 6.5 Normas penais em branco..... | 102 |
| 6.5.1 Conceito..... | 102 |
| 6.5.2 Classificação..... | 103 |

| | |
|---|-----|
| 7. INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL | 107 |
| 7.1 Noções introdutórias | 107 |
| 7.2 Classificação | 107 |
| 7.2.1 Quanto ao sujeito | 107 |
| 7.2.2 Quanto aos meios empregados | 108 |
| 7.2.3 Interpretação quanto ao resultado | 109 |
| 7.2.4 Interpretação analógica | 111 |
| 7.3 Analogia | 112 |
| 7.3.1 Introdução | 112 |
| 7.3.2 Espécies | 112 |
| 7.4 Diferença entre analogia, interpretação analógica e interpretação extensiva | 114 |
| 8. LEI PENAL NO TEMPO | 115 |
| 8.1 Introdução | 115 |
| 8.2 Conflitos de leis penais no tempo | 115 |
| 8.2.1 <i>Abolitio criminis</i> | 116 |
| 8.2.1.1 Introdução | 116 |
| 8.2.1.2 Efeitos da <i>abolitio criminis</i> | 118 |
| 8.2.1.3 <i>Abolitio criminis</i> temporária | 118 |
| 8.2.2 <i>Novatio legis in melius</i> | 119 |
| 8.2.3 <i>Novatio legis</i> incriminadora | 120 |
| 8.2.4 <i>Novatio legis in pejus</i> ou <i>lex gravior</i> | 120 |
| 8.3 Lei penal no tempo e crime permanente e continuado | 121 |
| 8.4 Combinação de leis ou <i>lex tertia</i> | 123 |
| 8.5 Competência para aplicar a lei penal mais benéfica | 125 |
| 8.6 Lei penal benéfica e <i>vacatio legis</i> | 126 |
| 8.7 Retroatividade da jurisprudência mais benéfica | 127 |
| 8.8 Lei intermediária | 129 |
| 8.9 Leis de vigência temporária e leis excepcionais | 130 |
| 8.10 Normas penais em branco e conflito de leis no tempo | 131 |
| 8.10.1 Conceito | 131 |
| 8.10.2 Classificação | 132 |
| 8.10.3 Aplicabilidade das regras da lei penal no tempo | 133 |
| 9. TEMPO DO CRIME | 137 |
| 9.1 Conceito e importância | 137 |
| 9.2 Teorias | 137 |
| 9.2.1 Teoria da atividade | 138 |
| 9.2.2 Teoria do resultado | 138 |
| 9.2.3 Teoria mista ou da ubiquidade | 138 |
| 9.2.4 Teoria aplicada | 138 |
| 9.2.5 Conclusão | 139 |
| 10. LUGAR DO CRIME | 141 |
| 10.1 Introdução | 141 |
| 10.2 Teorias | 141 |
| 10.3 Hipóteses de aplicação ou não da teoria da ubiquidade | 143 |

| | |
|---|-----|
| 11. LEI PENAL NO ESPAÇO | 147 |
| 11.1 Princípio da territorialidade | 147 |
| 11.1.1 Introdução | 147 |
| 11.1.2 Conceito de território | 148 |
| 11.1.3 Território brasileiro por extensão | 148 |
| 11.1.3.1 Embarcações ou aeronaves brasileiras | 148 |
| 11.1.3.2 Embarcações ou aeronaves estrangeiras | 149 |
| 11.1.4 Competência para o julgamento de crimes cometidos a bordo de embarcações e aeronaves | 150 |
| 11.2 Extraterritorialidade | 151 |
| 11.2.1 Introdução | 151 |
| 11.2.2 Princípios | 152 |
| 11.2.2.1 Princípio da nacionalidade | 152 |
| 11.2.2.2 Princípio da defesa, real ou de proteção | 153 |
| 11.2.2.3 Princípio da justiça universal ou cosmopolita | 153 |
| 11.2.2.4 Princípio da representação ou da bandeira | 154 |
| 11.2.3 Extraterritorialidade incondicionada | 154 |
| 11.2.4 Extraterritorialidade condicionada | 156 |
| 11.2.4.1 Hipóteses de incidência da extraterritorialidade condicionada | 157 |
| 11.2.4.2 Condições | 158 |
| 11.2.5 Extraterritorialidade e a pena cumprida no estrangeiro | 161 |
| 12. LEI PENAL EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS | 163 |
| 12.1 Introdução | 163 |
| 12.2 Imunidades diplomáticas | 163 |
| 12.3 Imunidades parlamentares | 165 |
| 12.3.1 Introdução | 165 |
| 12.3.2 Imunidade material ou absoluta | 165 |
| 12.3.3 Imunidade formal ou relativa | 167 |
| 12.3.3.1 Imunidade formal para prisão | 167 |
| 12.3.3.2 Imunidade formal para o processo | 169 |
| 12.3.3.3 Alcance da imunidade em relação à pessoa | 170 |
| 13. EFICÁCIA DA SENTENÇA ESTRANGEIRA | 171 |
| 13.1 Eficácia da sentença estrangeira | 171 |
| 14. PRAZO PENAL | 175 |
| 14.1 Contagem do prazo | 175 |
| 14.2 Frações não computáveis na pena | 178 |
| 15. CONFLITO APARENTE DE NORMAS | 181 |
| 15.1 Introdução | 181 |
| 15.2 Conflito aparente de normas x conflito de leis no tempo | 182 |
| 15.3 Conflito aparente de normas x concurso de crimes | 182 |
| 15.4 Princípios para dirimir o conflito aparente de normas | 182 |

| | | |
|----------|---|-----|
| 15.4.1 | Princípio da especialidade | 183 |
| 15.4.2 | Princípio da subsidiariedade..... | 185 |
| 15.4.2.1 | Subsidiariedade expressa..... | 186 |
| 15.4.2.2 | Subsidiariedade tácita..... | 187 |
| 15.4.3 | Princípio da consunção ou da absorção..... | 188 |
| 15.4.3.1 | Introdução..... | 188 |
| 15.4.3.2 | Hipóteses de incidência do princípio da consunção | 189 |
| 15.4.4 | Princípio da alternatividade | 193 |

PARTE II • TEORIA GERAL DO CRIME

| | |
|---|------------|
| 1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS À TEORIA GERAL DO CRIME..... | 197 |
| 1.1 Conceito de crime..... | 197 |
| 1.1.1 Conceito formal x conceito material..... | 197 |
| 1.1.2 Conceito analítico..... | 198 |
| 1.1.3 Conceito adotado pelo Código Penal..... | 200 |
| 1.2 Infração penal: diferença entre crime e contravenção..... | 201 |
| 1.3 Sujeitos do crime..... | 202 |
| 1.3.1 Sujeito ativo..... | 202 |
| 1.3.1.1 Pessoa jurídica como sujeito ativo da infração penal..... | 203 |
| 1.3.1.2 Pessoa jurídica de direito público como sujeito ativo da infração penal..... | 206 |
| 1.3.1.3 Capacidade especial do sujeito ativo..... | 207 |
| 1.3.2 Sujeito passivo..... | 208 |
| 1.4 Objeto do crime..... | 210 |
| 1.4.1 Objeto material..... | 210 |
| 1.4.2 Objeto jurídico..... | 211 |
| 2. CLASSIFICAÇÃO LEGAL E DOUTRINÁRIA DOS CRIMES..... | 213 |
| 2.1 Introdução..... | 213 |
| 2.2 Crimes comuns, próprios e de mão própria..... | 213 |
| 2.3 Crimes de dano e de perigo..... | 214 |
| 2.4 Crimes materiais, formais e de mera conduta..... | 215 |
| 2.5 Crimes comissivos, omissivos e de conduta mista..... | 217 |
| 2.6 Crimes instantâneos, permanentes, instantâneos de efeitos permanentes e crimes a prazo..... | 218 |
| 2.7 Crimes simples, complexos e ultracomplexos..... | 219 |
| 2.8 Crime progressivo e progressão criminosa..... | 220 |
| 2.9 Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes..... | 221 |
| 2.10 Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos..... | 221 |
| 2.11 Crime multitudinário..... | 222 |
| 2.12 Crimes de ação múltipla ou de conteúdo variado..... | 222 |
| 2.13 Crimes conexos..... | 223 |
| 2.14 Crime continuado..... | 223 |
| 2.15 Crime habitual..... | 224 |

| | |
|---|-----|
| 2.16 Crimes simples, privilegiados e qualificados | 225 |
| 2.17 Crimes a distância, plurilocais e em trânsito | 225 |
| 2.18 Crime consumado, crime tentado e crime exaurido | 227 |
| 2.19 Crime falho | 227 |
| 2.20 Crimes vagos | 228 |
| 2.21 Crimes de forma livre e de forma vinculada | 228 |
| 2.22 Crimes transeuntes e não transeuntes | 228 |
| 2.23 Crimes principais e acessórios | 229 |
| 2.24 Crimes uniofensivos ou mono-ofensivos e pluriofensivos | 229 |
| 2.25 Crimes de subjetividade passiva única e de dupla subjetividade passiva | 229 |
| 2.26 Crimes condicionados e incondicionados | 230 |
| 2.27 Crimes naturais e plásticos | 230 |
| 2.28 Crimes de menor potencial ofensivo, de médio potencial ofensivo e maior potencial ofensivo | 230 |
| 2.29 Crime hediondo e equiparado a hediondo | 231 |
| 2.30 Crime profissional | 231 |
| 2.31 Quase-crime | 231 |
| 2.32 Crime putativo | 232 |
| 2.33 Crime funcional | 232 |
| 2.34 Crimes de responsabilidade | 232 |
| 2.35 Crimes políticos | 233 |
| 2.36 Crimes contra o estado democrático de direito | 233 |
| 2.37 Crimes militares | 233 |
| 2.38 Crimes falimentares | 234 |
| 2.39 Crime internacional | 234 |
| 2.40 Crime organizado | 234 |
| 2.41 Crimes do colarinho-branco e crimes de colarinho-azul (ou crimes de rua) | 235 |
| 2.42 Crime gratuito | 235 |
| 2.43 Crime inominado | 235 |
| 2.44 Crime de ímpeto | 235 |
| 2.45 Crime de tendência | 236 |
| 2.46 Crime de tendência interna transcendente ou crime de intenção | 236 |
| 2.47 Crime de atentado ou de empreendimento | 236 |
| 2.48 Crime de mera suspeita, sem ação ou de mera posição | 237 |
| 2.49 Crime de circulação | 237 |
| 2.50 Crime de opinião ou de palavra | 237 |
| 2.51 Crime de expressão | 237 |
| 2.52 Crimes de impressão | 238 |
| 2.53 Crime obstáculo | 238 |
| 2.54 Crimes de catálogo | 238 |
| 2.55 Crime subsidiário | 239 |
| 2.56 Crime consunto e crime consuntivo | 239 |
| 2.57 Crime mutilado de dois atos | 239 |
| 2.58 Crime de resultado cortado | 239 |
| 2.59 Crime de ação violenta | 240 |

| | | |
|-----------|--|------------|
| 2.60 | Crime de ação astuciosa..... | 240 |
| 2.61 | Crimes parcelares..... | 240 |
| 2.62 | Crime remetido..... | 240 |
| 2.63 | Crimes de hermenêutica..... | 240 |
| 2.64 | Crime liliputiano ou crime anão..... | 241 |
| 2.65 | Crime cibernético..... | 241 |
| 2.66 | Crimes de acumulação ou crimes de danos cumulativos..... | 241 |
| 2.67 | Crime de olvido ou de esquecimento..... | 241 |
| 2.68 | Crime achado..... | 242 |
| 2.69 | Crime de fato permanente e de fato transeunte..... | 243 |
| 2.70 | Crimes aberrantes..... | 243 |
| 3. | FATO TÍPICO E SEUS ELEMENTOS..... | 245 |
| 3.1 | Introdução..... | 245 |
| 3.2 | Conduta..... | 247 |
| 3.2.1 | Introdução..... | 247 |
| 3.2.2 | Teorias..... | 247 |
| 3.2.2.1 | Teoria clássica, naturalista, mecanicista ou causal da ação..... | 247 |
| 3.2.2.2 | Teoria neokantista..... | 249 |
| 3.2.2.3 | Teoria finalista da ação..... | 250 |
| 3.2.2.4 | Teoria social da ação..... | 253 |
| 3.2.2.5 | Teoria da ação significativa..... | 254 |
| 3.2.2.6 | Teoria funcionalista..... | 255 |
| 3.2.2.7 | Teoria aplicada..... | 257 |
| 3.2.3 | Formas de conduta..... | 257 |
| 3.2.4 | Características e elementos da conduta..... | 258 |
| 3.2.5 | Causas de exclusão da conduta..... | 259 |
| 3.3 | Resultado..... | 263 |
| 3.3.1 | Conceito..... | 263 |
| 3.3.2 | Resultado naturalístico..... | 263 |
| 3.3.3 | Resultado jurídico ou normativo..... | 264 |
| 3.3.4 | Há crime sem resultado?..... | 265 |
| 3.4 | Relação de causalidade ou nexa causal..... | 265 |
| 3.4.1 | Conceito..... | 265 |
| 3.4.2 | Teorias da relação de causalidade..... | 267 |
| 3.4.2.1 | Teoria da causalidade adequada..... | 267 |
| 3.4.2.2 | Teoria da equivalência dos antecedentes causais..... | 268 |
| 3.4.2.2.1 | Limites à teoria da equivalência dos antecedentes causais..... | 271 |
| 3.4.2.3 | Teoria aplicada..... | 273 |
| 3.4.3 | Espécies de causas ou concausas..... | 273 |
| 3.4.3.1 | Introdução..... | 273 |
| 3.4.3.2 | Causas dependentes e independentes..... | 273 |
| 3.4.3.3 | Causas absolutamente independentes..... | 274 |
| 3.4.3.3.1 | Efeitos das causas absolutamente independentes..... | 276 |

| | | |
|-------------|---|-----|
| 3.4.3.4 | Causas relativamente independentes..... | 277 |
| 3.4.3.4.1 | Efeitos das causas relativamente independentes..... | 280 |
| 3.4.3.4.2 | Efeitos das causas supervenientes que se encontram dentro da linha do desdobramento da conduta..... | 281 |
| 3.4.4 | Relevância causal nos crimes omissivos..... | 282 |
| 3.4.4.1 | Considerações gerais e teoria adotada | 282 |
| 3.4.4.2 | Crimes omissivos próprios..... | 283 |
| 3.4.4.3 | Crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão | 284 |
| 3.4.4.3.1 | Introdução | 284 |
| 3.4.4.3.2 | Pressupostos | 285 |
| 3.4.4.3.3 | Hipóteses do dever de agir para evitar o resultado..... | 286 |
| 3.4.5 | Dupla causalidade..... | 290 |
| 3.4.6 | Teoria da imputação objetiva..... | 291 |
| 3.4.6.1 | Introdução | 291 |
| 3.4.6.2 | Pressupostos e causas de exclusão da imputação..... | 294 |
| 3.4.6.2.1 | Criação ou incremento de um risco..... | 294 |
| 3.4.6.2.1.1 | Exclusão da imputação pela ausência de criação ou aumento do risco..... | 296 |
| 3.4.6.2.2 | O risco criado deve ser proibido..... | 298 |
| 3.4.6.2.2.1 | Exclusão da imputação pela ausência de criação do risco proibido | 298 |
| 3.4.6.2.3 | Risco realizado no resultado | 302 |
| 3.4.6.2.3.1 | Exclusão da imputação pela ausência do risco realizado no resultado..... | 302 |
| 3.4.7 | Tipicidade..... | 304 |
| 3.4.7.1 | Introdução..... | 304 |
| 3.4.7.2 | Fases da tipicidade | 306 |
| 3.4.7.3 | Teoria dos elementos negativos do tipo..... | 308 |
| 3.4.7.4 | Teoria da tipicidade conglobante..... | 308 |
| 3.4.7.5 | Adequação típica | 310 |

| | |
|--|------------|
| 4. TEORIA DO TIPO | 313 |
| 4.1 Conceito..... | 313 |
| 4.2 Estrutura do tipo penal..... | 313 |
| 4.3 Espécies de tipo..... | 314 |
| 4.4 Elementos do tipo..... | 314 |
| 4.5 Funções do tipo penal..... | 316 |
| 4.6 Classificação do tipo penal..... | 318 |
| 4.6.1 Tipo fechado e tipo aberto..... | 318 |
| 4.6.2 Tipo fundamental e tipo derivado..... | 319 |
| 4.6.3 Tipo simples e tipo misto..... | 319 |
| 4.6.4 Tipo congruente e tipo incongruente..... | 320 |
| 4.6.5 Tipo normal e tipo anormal | 322 |
| 4.6.6 Tipo complexo..... | 322 |
| 4.6.7 Tipo de autor e tipo de fato | 322 |

| | |
|---|-----|
| 5. CRIME DOLOSO | 323 |
| 5.1 Conceito..... | 323 |
| 5.2 Características..... | 324 |
| 5.3 Elementos do dolo..... | 325 |
| 5.4 Teorias do dolo | 325 |
| 5.5 Espécies de dolo | 326 |
| 5.5.1 Dolo direto..... | 326 |
| 5.5.1.1 Dolo direto de primeiro grau..... | 327 |
| 5.5.1.2 Dolo direto de segundo grau..... | 327 |
| 5.5.2 Dolo indireto..... | 328 |
| 5.5.2.1 Dolo alternativo..... | 328 |
| 5.5.2.2 Dolo eventual | 329 |
| 5.5.2.2.1 Dolo eventual nos Tribunais Superiores | 330 |
| 5.5.3 Dolo genérico e dolo específico..... | 333 |
| 5.5.4 Dolo natural e dolo normativo..... | 333 |
| 5.5.5 Dolo de dano e dolo de perigo | 334 |
| 5.5.6 Dolo geral, <i>dolus generalis</i> ou por erro sucessivo..... | 335 |
| 5.5.7 Dolo de propósito e dolo de ímpeto | 337 |
| 5.5.8 Dolo antecedente, dolo atual e dolo subsequente | 337 |
| 5.5.9 Dolo presumido..... | 338 |
| 5.5.10 Dolo abandonado..... | 338 |
| 6. TEORIA DO CRIME CULPOSO | 341 |
| 6.1 Introdução..... | 341 |
| 6.2 Elementos do crime culposo | 342 |
| 6.2.1 Conduta humana voluntária | 342 |
| 6.2.2 Inobservância do dever de cuidado objetivo..... | 343 |
| 6.2.2.1 Descrição das modalidades de culpa na peça acusatória..... | 348 |
| 6.2.3 Resultado involuntário | 349 |
| 6.2.4 Nexo de causalidade | 350 |
| 6.2.5 Previsibilidade objetiva | 350 |
| 6.2.6 Ausência de previsão | 352 |
| 6.2.7 Tipicidade | 353 |
| 6.3 Espécies de culpa..... | 353 |
| 6.3.1 Culpa inconsciente e culpa consciente..... | 353 |
| 6.3.1.1 Diferença entre culpa consciente e dolo eventual | 354 |
| 6.3.2 Culpa própria e culpa imprópria..... | 356 |
| 6.3.3 Culpa mediata ou indireta | 357 |
| 6.3.4 Culpa presumida..... | 358 |
| 6.4 Concorrência de culpas | 358 |
| 6.5 Compensação de culpas..... | 358 |
| 6.6 Exclusão da culpa | 359 |

| | |
|---|-----|
| 7. CRIME PRETERDOLOSO | 363 |
| 7.1 Conceito..... | 363 |
| 7.2 Crime qualificado pelo resultado..... | 364 |
| 7.2.1 Espécies de crimes qualificados pelo resultado..... | 364 |
| 8. ITER CRIMINIS | 367 |
| 8.1 Conceito..... | 367 |
| 8.2 Cogitação..... | 368 |
| 8.3 Atos preparatórios..... | 368 |
| 8.4 Execução..... | 369 |
| 8.4.1 Teorias a respeito da passagem dos atos preparatórios para os atos executórios..... | 369 |
| 8.4.1.1 Teoria subjetiva..... | 370 |
| 8.4.1.2 Teoria objetiva..... | 370 |
| 8.4.1.3 Teoria aplicada..... | 371 |
| 8.5 Consumação..... | 373 |
| 8.5.1 Conceito..... | 373 |
| 8.5.2 Consumação nas espécies de crimes..... | 374 |
| 8.6 Exaurimento..... | 377 |
| 9. TENTATIVA | 379 |
| 9.1 Conceito..... | 379 |
| 9.2 Natureza jurídica..... | 379 |
| 9.3 Elementos da tentativa..... | 380 |
| 9.3.1 Elemento subjetivo..... | 380 |
| 9.3.2 Início da execução do crime..... | 381 |
| 9.3.3 Não consumação do crime por circunstâncias alheias à vontade do agente..... | 381 |
| 9.4 Espécies de tentativa..... | 382 |
| 9.4.1 Tentativa perfeita, acabada ou crime falho..... | 382 |
| 9.4.2 Tentativa imperfeita, inacabada ou tentativa propriamente dita..... | 382 |
| 9.4.3 Tentativa incruenta ou branca..... | 383 |
| 9.4.4 Tentativa cruenta ou vermelha..... | 383 |
| 9.5 Punibilidade da tentativa..... | 383 |
| 9.5.1 Teoria adotada..... | 384 |
| 9.5.2 Critério para redução da pena..... | 384 |
| 9.6 Dolo eventual e tentativa..... | 385 |
| 9.7 Tentativa e crimes de ímpeto..... | 386 |
| 9.8 Infrações incompatíveis com a tentativa..... | 386 |
| 9.8.1 Crimes culposos..... | 387 |
| 9.8.2 Crimes preterdolosos..... | 388 |
| 9.8.3 Contravenções penais..... | 388 |
| 9.8.4 Crimes omissivos próprios..... | 389 |
| 9.8.5 Crimes unissubsistentes..... | 389 |
| 9.8.6 Crimes habituais..... | 389 |
| 9.8.7 Crimes de atentado ou de empreendimento..... | 390 |

| | |
|--|-----|
| 10. DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ | 391 |
| 10.1 Introdução | 391 |
| 10.2 Natureza jurídica | 392 |
| 10.3 Desistência voluntária | 394 |
| 10.4 Arrependimento eficaz | 395 |
| 10.5 Requisitos | 397 |
| 10.5.1 Voluntariedade | 398 |
| 10.5.2 Eficácia | 399 |
| 10.6 Consequência | 399 |
| 10.7 Comunicabilidade | 401 |
| 10.8 Desistência voluntária e arrependimento eficaz na Lei Antiterrorismo | 402 |
| 11. ARREPENDIMENTO POSTERIOR | 403 |
| 11.1 Conceito | 403 |
| 11.2 Natureza jurídica | 403 |
| 11.3 Admissibilidade do arrependimento posterior | 404 |
| 11.4 Requisitos | 404 |
| 11.4.1 Crime cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa | 405 |
| 11.4.2 Reparação do dano ou restituição da coisa | 407 |
| 11.5 Comunicabilidade no concurso de pessoas | 409 |
| 11.6 Recusa da vítima em aceitar a reparação do dano ou a restituição da coisa | 409 |
| 11.7 Critério para redução da pena | 410 |
| 11.8 Efeitos da reparação do dano ou restituição da coisa em situações específicas | 410 |
| 11.8.1 Peculato culposo | 410 |
| 11.8.2 Súmula nº 554 do STF | 411 |
| 11.8.3 Juizados Especiais Criminais | 411 |
| 11.8.4 Pagamento integral do débito tributário | 411 |
| 12. CRIME IMPOSSÍVEL | 413 |
| 12.1 Conceito | 413 |
| 12.2 Natureza jurídica | 413 |
| 12.3 Teorias sobre o crime impossível | 414 |
| 12.3.1 Teoria sintomática | 414 |
| 12.3.2 Teoria subjetiva | 414 |
| 12.3.3 Teoria objetiva | 415 |
| 12.4 Espécies de crime impossível | 416 |
| 12.4.1 Crime impossível por ineficácia absoluta do meio | 417 |
| 12.4.2 Crime impossível por impropriedade absoluta do objeto | 418 |
| 12.5 Critério de aferição da idoneidade | 420 |
| 12.6 Furto sob vigilância x crime impossível | 420 |
| 12.7 Crime impossível x crime putativo | 421 |
| 12.7.1 Crime putativo por erro de tipo | 422 |
| 12.7.2 Crime putativo por erro de proibição | 422 |
| 12.7.3 Crime putativo por obra do agente provocador | 423 |

| | |
|---|-----|
| 13. ERRO DE TIPO | 425 |
| 13.1 Conceito..... | 425 |
| 13.2 Erro de tipo essencial..... | 428 |
| 13.2.1 Invencível, inevitável, escusável..... | 428 |
| 13.2.2 Vencível, evitável ou inescusável..... | 429 |
| 13.2.3 Critério para distinção entre erro de tipo invencível e erro de tipo vencível..... | 430 |
| 13.2.4 Efeitos do erro de tipo essencial..... | 431 |
| 13.3 Erro de tipo accidental..... | 432 |
| 13.3.1 Erro sobre o objeto..... | 432 |
| 13.3.2 Erro sobre pessoa..... | 433 |
| 13.3.2.1 Conceito..... | 433 |
| 13.3.2.2 Consequência..... | 434 |
| 13.3.3 Erro na execução (<i>aberratio ictus</i>)..... | 435 |
| 13.3.3.1 Conceito..... | 435 |
| 13.3.3.2 Espécies..... | 435 |
| 13.3.3.3 <i>Aberratio ictus</i> x legítima defesa..... | 440 |
| 13.3.4 Resultado diverso do pretendido..... | 441 |
| 13.3.4.1 Conceito..... | 441 |
| 13.3.4.2 Espécies..... | 441 |
| 13.3.5 Erro sobre o nexa causal ou <i>aberratio causae</i> | 442 |
| 13.4 Discriminantes putativas..... | 445 |
| 13.4.1 Conceito..... | 445 |
| 13.4.2 Espécies..... | 446 |
| 13.4.2.1 Discriminante putativa por erro de tipo..... | 446 |
| 13.4.2.2 Discriminante putativa por erro de proibição..... | 447 |
| 13.4.3 Natureza jurídica das discriminantes putativas..... | 449 |
| 13.5 Erro provocado por terceiro..... | 454 |
| 14. ILICITUDE | 457 |
| 14.1 Introdução..... | 457 |
| 14.2 Ilícitude formal e ilícitude material..... | 458 |
| 14.3 Ilícitude objetiva e ilícitude subjetiva..... | 458 |
| 14.4 Ilícitude penal e ilícitude extrapenal..... | 459 |
| 14.5 Ilícitude genérica e ilícitude específica..... | 459 |
| 14.6 Causas legais de exclusão de ilícitude..... | 460 |
| 14.6.1 Introdução..... | 460 |
| 14.6.2 Causas gerais e causas especiais de exclusão de ilícitude..... | 460 |
| 14.6.3 Elementos objetivos e subjetivos das causas de exclusão da ilícitude..... | 461 |
| 14.6.4 Os reflexos das causas de exclusão da ilícitude no processo penal..... | 462 |
| 14.7 Causas supraleais de exclusão de ilícitude..... | 465 |
| 14.7.1 Consentimento do ofendido..... | 465 |
| 14.7.1.1 Introdução..... | 465 |
| 14.7.1.2 Requisitos..... | 466 |
| 14.7.1.3 Consentimento do ofendido em crimes culposos..... | 469 |

| | |
|--|-----|
| 15. ESTADO DE NECESSIDADE | 471 |
| 15.1 Conceito | 471 |
| 15.2 Estado de necessidade justificante e estado de necessidade exculpante | 472 |
| 15.3 Estado de necessidade agressivo e estado de necessidade defensivo | 474 |
| 15.4 Requisitos | 475 |
| 15.4.1 Perigo atual | 475 |
| 15.4.2 Ameaça a direito próprio ou alheio: estado de necessidade próprio e de terceiro | 478 |
| 15.4.3 Situação de perigo não provocada voluntariamente pelo agente | 479 |
| 15.4.4 Inevitabilidade do comportamento lesivo | 481 |
| 15.4.5 Razoabilidade da proteção do direito ameaçado em detrimento do bem sacrificado | 481 |
| 15.4.6 Ausência do dever legal de enfrentar o perigo | 482 |
| 15.4.7 Elemento subjetivo do fato justificante | 484 |
| 15.5 Causa de diminuição da pena | 484 |
| 15.6 Estado de necessidade específico | 486 |
| 15.7 Estado de necessidade e situação econômica (furto famélico) | 486 |
| 15.8 Estado de necessidade recíproco | 487 |
| 15.9 Estado de necessidade e comunicabilidade | 488 |
| 15.10 Estado de necessidade e erro na execução | 488 |
| 15.11 Estado de necessidade x crimes permanentes x crimes habituais | 490 |
| 15.12 Excesso | 491 |
| 16. LEGÍTIMA DEFESA | 493 |
| 16.1 Introdução | 493 |
| 16.2 Conceito | 494 |
| 16.3 Requisitos | 495 |
| 16.3.1 Agressão injusta | 495 |
| 16.3.2 Agressão atual ou iminente | 498 |
| 16.3.3 Agressão contra direito próprio ou de terceiro | 499 |
| 16.3.4 Meios necessários | 500 |
| 16.3.5 Moderação no uso dos meios necessários | 502 |
| 16.3.6 Elemento subjetivo da legítima defesa | 503 |
| 16.4 Legítima defesa e agente de segurança pública | 504 |
| 16.4.1 Introdução | 504 |
| 16.4.2 Destinatário | 504 |
| 16.4.3 Requisitos | 505 |
| 16.5 Aspectos pontuais da legítima defesa | 507 |
| 16.5.1 Legítima defesa da honra | 507 |
| 16.5.2 Legítima defesa sucessiva | 508 |
| 16.5.3 Legítima defesa e <i>aberratio ictus</i> | 509 |
| 16.5.4 Legítima defesa contra a multidão | 510 |
| 16.5.5 Legítima defesa contra pessoa jurídica | 510 |
| 16.6 Legítima defesa e outras causas excludentes | 510 |
| 16.6.1 Legítima defesa recíproca (legítima defesa real contra legítima defesa real) | 510 |

| | | |
|--------|---|-----|
| 16.6.2 | Legítima defesa real contra legítima defesa putativa | 511 |
| 16.6.3 | Legítima defesa putativa contra legítima defesa putativa..... | 511 |
| 16.6.4 | Legítima defesa contra estado de necessidade | 512 |
| 16.6.5 | Legítima defesa contra excludente de culpabilidade..... | 512 |
| 16.7 | Legítima defesa preordenada (ofendículos)..... | 512 |
| 16.8 | Legítima defesa e confronto policial..... | 514 |

17. ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL E EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO.....

515

| | | |
|----------|---|-----|
| 17.1 | Estrito cumprimento do dever legal | 515 |
| 17.1.1 | Conceito | 515 |
| 17.1.2 | Destinatário..... | 516 |
| 17.1.3 | Dever legal..... | 517 |
| 17.1.4 | Cumprimento nos estritos limites da lei | 517 |
| 17.1.5 | Estrito cumprimento do dever legal no contexto de crime culposo | 517 |
| 17.1.6 | Estrito cumprimento do dever legal e comunicabilidade..... | 518 |
| 17.2 | Exercício regular de direito | 518 |
| 17.2.1 | Conceito | 518 |
| 17.2.2 | Alcance..... | 518 |
| 17.2.3 | Algumas hipóteses de exercício regular de um direito | 519 |
| 17.2.3.1 | Correção dos filhos..... | 519 |
| 17.2.3.2 | Livre manifestação de pensamento e opinião..... | 519 |
| 17.2.3.3 | Intervenções médicas e cirúrgicas..... | 520 |
| 17.2.3.4 | Violência esportiva | 521 |
| 17.2.3.5 | Inviolabilidade de domicílio | 521 |
| 17.2.3.6 | Utilização de cadáver não reclamado | 522 |

18. EXCESSO NAS EXCLUDENTES.....

523

| | | |
|--------|------------------------------------|-----|
| 18.1 | Introdução..... | 523 |
| 18.2 | Espécies..... | 524 |
| 18.2.1 | Excesso doloso e culposo..... | 524 |
| 18.2.2 | Excesso accidental..... | 526 |
| 18.2.3 | Excesso exculpante | 526 |
| 18.2.4 | Excesso intensivo e extensivo..... | 527 |

19. CULPABILIDADE.....

529

| | | |
|----------|--|-----|
| 19.1 | Introdução..... | 529 |
| 19.2 | Teorias da culpabilidade | 531 |
| 19.2.1 | Teoria psicológica..... | 531 |
| 19.2.2 | Teoria psicológico-normativa da culpabilidade | 532 |
| 19.2.3 | Teoria normativa pura da culpabilidade | 534 |
| 19.2.3.1 | Teoria extremada da culpabilidade..... | 535 |
| 19.2.3.2 | Teoria limitada da culpabilidade..... | 536 |
| 19.3 | Teoria funcional da culpabilidade | 536 |
| 19.4 | Coculpabilidade..... | 537 |
| 19.5 | Elementos da culpabilidade e suas causas excludentes | 539 |

| | |
|---|-----|
| 20. IMPUTABILIDADE PENAL E CAUSAS DE EXCLUSÃO | 541 |
| 20.1 Introdução | 541 |
| 20.2 Critério para aferição da inimputabilidade | 542 |
| 20.2.1 Introdução | 542 |
| 20.2.1 Critério adotado | 544 |
| 20.3 Causas de exclusão: inimputabilidade | 544 |
| 20.4 Inimputabilidade pela enfermidade mental | 544 |
| 20.4.1 Inimputabilidade pela doença mental | 544 |
| 20.4.2 Inimputabilidade por desenvolvimento mental incompleto | 545 |
| 20.4.3 Inimputabilidade por desenvolvimento mental retardado | 547 |
| 20.4.4 Exame pericial | 547 |
| 20.4.5 Consequências do reconhecimento da inimputabilidade por enfermidade mental | 548 |
| 20.5 Semi-imputabilidade ou imputabilidade diminuída ou restrita | 548 |
| 20.5.1 Introdução | 548 |
| 20.5.2 Natureza jurídica | 549 |
| 20.6 Inimputabilidade por menoridade penal | 549 |
| 20.7 Emoção e paixão | 550 |
| 20.7.1 Introdução | 550 |
| 20.8 Inimputabilidade pela embriaguez | 552 |
| 20.8.1 Conceito | 552 |
| 20.8.2 Fases da embriaguez | 552 |
| 20.8.3 Espécies de embriaguez | 553 |
| 20.8.4 Efeitos | 554 |
| 20.8.5 <i>Actio libera in causa</i> | 555 |
| 21. POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE | 559 |
| 21.1 Introdução | 559 |
| 21.2 Critérios para aferição da consciência da ilicitude | 560 |
| 21.3 Desconhecimento da lei ou <i>ignorantia legis</i> | 560 |
| 21.4 Falta de potencial consciência da ilicitude: erro de proibição | 562 |
| 21.4.1 Conceito de erro de proibição | 562 |
| 21.4.2 Espécies de erro de proibição | 563 |
| 21.4.3 Efeitos: erro de proibição inevitável e evitável | 564 |
| 21.5 Erro de proibição x crime putativo por erro de proibição x discriminante putativa por erro de proibição | 568 |
| 21.6 Diferença entre erro de tipo e erro de proibição | 569 |
| 22. EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA | 571 |
| 22.1 Conceito | 571 |
| 22.2 Causas legais de exclusão da culpabilidade por inexigibilidade de conduta diversa | 572 |
| 22.3 Coação moral irresistível | 572 |
| 22.3.1 Conceito | 572 |
| 22.3.2 Requisitos | 573 |

| | | |
|--------------|--|------------|
| 22.3.3 | Efeitos..... | 574 |
| 22.3.4 | Coação moral irresistível x estado de necessidade | 574 |
| 22.4 | Obediência hierárquica | 575 |
| 22.4.1 | Conceito | 575 |
| 22.4.2 | Requisitos..... | 575 |
| 22.4.3 | Efeitos..... | 577 |
| 22.4.4 | Infiltração de agentes policiais nas organizações criminosas..... | 578 |
| 22.5 | Causas supraleais de exclusão da culpabilidade por inexigibilidade de conduta diversa | 579 |
| 22.5.1 | Introdução..... | 579 |
| 22.5.2 | Fato de consciência..... | 580 |
| 22.5.3 | Desobediência civil..... | 581 |
| 23. | CONCURSO DE PESSOAS | 583 |
| 23.1 | Introdução..... | 583 |
| 23.2 | Requisitos do concurso de pessoas | 584 |
| 23.2.1 | Pluralidade de condutas..... | 584 |
| 23.2.2 | Relevância causal das condutas | 584 |
| 23.2.3 | Vínculo subjetivo..... | 585 |
| 23.2.4 | Identidade de infração para todos os agentes..... | 587 |
| 23.3 | Natureza jurídica | 587 |
| 23.3.1 | Teoria unitária (ou monista) | 588 |
| 23.3.2 | Teoria dualista | 588 |
| 23.3.3 | Teoria pluralista | 588 |
| 23.3.4 | Teoria adotada..... | 588 |
| 23.4 | Modalidades de atuação no concurso de pessoas | 591 |
| 23.4.1 | Autoria | 591 |
| 23.4.1.1 | Teoria subjetiva ou unitária..... | 592 |
| 23.4.1.2 | Teoria extensiva | 592 |
| 23.4.1.3 | Teoria objetiva ou dualista..... | 593 |
| 23.4.1.4 | Teoria do domínio do fato | 594 |
| 23.4.1.5 | Teoria adotada..... | 598 |
| 23.4.1.6 | Espécies de autoria | 598 |
| 23.4.1.6.1 | Autoria imediata ou direta | 598 |
| 23.4.1.6.2 | Autoria mediata ou indireta | 599 |
| 23.4.1.6.2.1 | Conceito..... | 599 |
| 23.4.1.6.2.2 | Autoria mediata e crimes culposos..... | 600 |
| 23.4.1.6.2.3 | Autoria mediata e crimes próprios e de mão própria..... | 600 |
| 23.4.1.6.3 | Autoria por determinação | 601 |
| 23.4.1.6.4 | Autoria de escritório..... | 602 |
| 23.4.1.6.5 | Autoria por convicção..... | 603 |
| 23.4.1.6.6 | Autoria colateral..... | 603 |
| 23.4.1.6.7 | Autoria incerta | 604 |
| 23.4.1.6.8 | Autoria desconhecida..... | 605 |

| | |
|--|-----|
| 23.5 Coautoria | 605 |
| 23.5.1 Introdução..... | 605 |
| 23.5.2 Coautoria e crimes próprios..... | 607 |
| 23.5.3 Coautoria e crimes de mão própria..... | 607 |
| 23.5.4 Coautoria sucessiva..... | 608 |
| 23.6 Participação | 609 |
| 23.6.1 Introdução..... | 609 |
| 23.6.2 Formas de participação..... | 610 |
| 23.6.2.1 Participação moral..... | 610 |
| 23.6.2.2 Participação material..... | 611 |
| 23.6.3 Natureza jurídica da participação..... | 612 |
| 23.6.3.1 Teoria da acessoriedade mínima..... | 612 |
| 23.6.3.2 Teoria da acessoriedade limitada..... | 613 |
| 23.6.3.3 Teoria da acessoriedade extremada..... | 613 |
| 23.6.3.4 Teoria da hiperacessoriedade..... | 613 |
| 23.6.3.5 Teoria adotada..... | 614 |
| 23.6.4 Participação impunível..... | 615 |
| 23.6.5 Participação posterior ao crime..... | 615 |
| 23.6.6 Participação negativa ou convivência..... | 616 |
| 23.6.7 Participação por omissão..... | 617 |
| 23.6.8 Participação sucessiva..... | 618 |
| 23.6.9 Participação em cadeia..... | 618 |
| 23.6.10 Participação em ação alheia..... | 619 |
| 23.7 Punibilidade do concurso de pessoas | 619 |
| 23.7.1 Introdução..... | 619 |
| 23.7.2 Participação de menor importância..... | 620 |
| 23.7.3 Cooperação dolosamente distinta..... | 622 |
| 23.8 Comunicabilidade e incomunicabilidade das circunstâncias | 624 |
| 23.8.1 Elementares x circunstâncias..... | 625 |
| 23.8.1.1 Elementares..... | 625 |
| 23.8.1.2 Circunstâncias..... | 625 |
| 23.8.1.3 Circunstâncias objetivas e subjetivas..... | 626 |
| 23.8.2 Condições de caráter pessoal..... | 626 |
| 23.8.3 Aplicação do art. 30 do CP..... | 626 |
| 23.9 Concurso de pessoas em crime culposos | 630 |
| 23.9.1 Introdução..... | 630 |
| 23.9.2 Coautoria em crimes culposos..... | 630 |
| 23.9.3 Participação em crimes culposos..... | 631 |
| 23.10 Concurso de pessoas em crimes omissivos | 631 |
| 23.10.1 Introdução..... | 631 |
| 23.10.2 Coautoria em crimes omissivos..... | 632 |
| 23.10.3 Participação em crimes omissivos..... | 633 |
| 23.10.4 Participação por omissão em crime comissivo..... | 634 |
| 23.10.5 Concurso de pessoas e crimes de autoria coletiva..... | 636 |

PARTE III • TEORIA GERAL DA PENA

| | |
|---|-----|
| 1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS | 639 |
| 1.1 Conceito..... | 639 |
| 1.2 Considerações sobre a evolução histórica..... | 639 |
| 1.3 Finalidade..... | 641 |
| 1.3.1 Teoria absoluta ou retributiva da pena..... | 641 |
| 1.3.2 Teoria relativa ou da prevenção..... | 641 |
| 1.3.2.1 Prevenção geral..... | 642 |
| 1.3.2.2 Prevenção especial..... | 643 |
| 1.3.3 Teoria mista ou eclética..... | 643 |
| 1.4 Princípios informadores da pena..... | 644 |
| 1.5 Classificação das penas..... | 646 |
| 2. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE | 647 |
| 2.1 Conceito..... | 647 |
| 2.2 Diferenças entre reclusão e detenção..... | 647 |
| 2.3 Regimes penitenciários..... | 648 |
| 2.4 Fixação do regime inicial de cumprimento de pena..... | 649 |
| 2.4.1 Regime inicial de cumprimento de pena nos crimes apenados com reclusão..... | 649 |
| 2.4.2 Regime inicial de cumprimento de pena nos crimes apenados com detenção..... | 651 |
| 2.4.3 Regime inicial nos crimes hediondos e equiparados..... | 652 |
| 2.4.4 Regime inicial e Lei de Tortura..... | 653 |
| 2.4.5 Regime inicial e detração..... | 654 |
| 2.5 Regras do regime fechado..... | 656 |
| 2.5.1 Noções introdutórias..... | 656 |
| 2.5.2 Local de cumprimento da pena..... | 656 |
| 2.5.3 Estabelecimentos penais federais de segurança máxima..... | 657 |
| 2.5.4 Regime disciplinar diferenciado (RDD)..... | 659 |
| 2.5.4.1 Conceito..... | 659 |
| 2.5.4.2 Hipóteses..... | 659 |
| 2.5.4.3 Características..... | 661 |
| 2.6 Regras do regime semiaberto..... | 663 |
| 2.7 Regras do regime aberto..... | 664 |
| 2.8 Súmula Vinculante nº 56: falta de estabelecimento penal adequado..... | 664 |
| 2.9 Regime especial para mulheres..... | 666 |
| 2.10 Execução provisória..... | 667 |
| 2.10.1 Introdução..... | 667 |
| 2.10.2 Execução provisória de réu preso..... | 667 |
| 2.10.3 Execução provisória de réu solto..... | 668 |
| 2.11 Progressão de regime..... | 669 |
| 2.11.1 Introdução..... | 669 |
| 2.11.2 Requisito objetivo..... | 669 |
| 2.11.2.1 Regime anterior à Lei nº 13.964/2019..... | 669 |

| | | |
|-----------|--|------------|
| 2.11.2.2 | Prazos para crimes não hediondos ou equiparados..... | 670 |
| 2.11.2.3 | Prazos para crimes hediondos ou equiparados..... | 672 |
| 2.11.2.4 | Condenado pela prática do crime de constituição de milícia privada..... | 677 |
| 2.11.2.5 | Súmula nº 715 do STF..... | 677 |
| 2.11.3 | Requisito subjetivo..... | 677 |
| 2.11.4 | Progressão de regime no caso de mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência..... | 678 |
| 2.11.5 | Progressão nos crimes contra a administração pública..... | 680 |
| 2.11.6 | Progressão de regime e organização criminosa..... | 680 |
| 2.11.7 | Progressão de regime e colaboração premiada..... | 681 |
| 2.11.8 | Progressão por salto..... | 682 |
| 2.11.9 | Progressão de regime e falta grave..... | 682 |
| 2.12 | Regressão de regime..... | 683 |
| 2.12.1 | Hipóteses de regressão de regime..... | 683 |
| 2.12.2 | Regressão <i>per saltum</i> | 686 |
| 2.13 | Direitos do preso..... | 686 |
| 2.14 | Trabalho do preso..... | 687 |
| 2.15 | Remição..... | 687 |
| 2.15.1 | Conceito..... | 687 |
| 2.15.2 | Beneficiários..... | 688 |
| 2.15.3 | Contagem da remição pelo trabalho..... | 688 |
| 2.15.4 | Contagem da remição pelo estudo..... | 689 |
| 2.15.5 | Remição e falta grave..... | 691 |
| 2.16 | Superveniência de doença mental..... | 691 |
| 2.17 | Detração penal..... | 692 |
| 2.17.1 | Conceito..... | 692 |
| 2.17.2 | Detração e medida cautelar diversa da prisão..... | 693 |
| 2.17.3 | Detração e penas restritivas de direitos..... | 694 |
| 2.17.4 | Detração e pena de multa..... | 694 |
| 2.17.5 | Detração e regime inicial de cumprimento da pena..... | 694 |
| 2.17.6 | Detração e prisão provisória em processo distinto..... | 695 |
| 2.17.7 | Detração e suspensão condicional da pena (<i>sursis</i>)..... | 696 |
| 2.17.8 | Detração para fins de prescrição..... | 697 |
| 3. | PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS..... | 699 |
| 3.1 | Conceito..... | 699 |
| 3.2 | Natureza jurídica..... | 699 |
| 3.3 | Momento da substituição..... | 700 |
| 3.4 | Duração das penas restritivas de direitos..... | 700 |
| 3.5 | Requisitos das penas restritivas de direitos..... | 701 |
| 3.5.1 | Requisitos objetivos..... | 702 |
| 3.5.1.1 | Em relação aos crimes dolosos..... | 702 |
| 3.5.1.2 | Em relação aos crimes culposos..... | 705 |
| 3.5.2 | Requisitos subjetivos..... | 706 |

| | | |
|-----------|---|------------|
| 3.6 | Pena restritiva de direitos e crimes hediondos e equiparados | 709 |
| 3.7 | Penas restritivas de direitos e violência doméstica ou familiar contra a mulher | 710 |
| 3.8 | Formas de substituição | 712 |
| 3.9 | Conversão da pena alternativa em privativa de liberdade | 713 |
| 3.9.1 | Introdução | 713 |
| 3.9.2 | Causas gerais de conversão previstas no Código Penal | 713 |
| 3.9.3 | Causas especiais de conversão | 714 |
| 3.10 | Crimes militares e penas restritivas de direitos | 715 |
| 3.11 | Espécies de penas restritivas de direitos | 716 |
| 3.11.1 | Classificação | 716 |
| 3.11.2 | Prestação pecuniária | 716 |
| 3.11.3 | Perda de bens e valores | 717 |
| 3.11.4 | Prestação de serviço à comunidade | 718 |
| 3.11.5 | Interdições temporárias de direitos | 719 |
| 3.11.5.1 | Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo | 719 |
| 3.11.5.2 | Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público | 720 |
| 3.11.5.3 | Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo | 721 |
| 3.11.5.4 | Proibição de frequentar determinados lugares | 721 |
| 3.11.5.5 | Proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos | 722 |
| 3.11.6 | Limitação de fim de semana | 722 |
| 4. | PENA DE MULTA | 723 |
| 4.1 | Conceito | 723 |
| 4.2 | Crítério de fixação da pena de multa | 723 |
| 4.3 | Pagamento voluntário da pena de multa | 724 |
| 4.4 | Execução da pena de multa | 725 |
| 4.5 | Pena de multa e <i>habeas corpus</i> | 726 |
| 4.6 | Pena de multa e <i>sursis</i> | 727 |
| 4.7 | Pena de multa e prestação pecuniária | 727 |
| 5. | APLICAÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE | 729 |
| 5.1 | Introdução | 729 |
| 5.2 | Sistemas de fixação da pena | 730 |
| 5.3 | Vedação do <i>bis in idem</i> | 730 |
| 5.4 | Dosimetria da pena | 731 |
| 5.5 | Primeira fase da fixação da pena: pena-base e circunstâncias judiciais | 732 |
| 5.5.1 | Introdução | 732 |
| 5.5.2 | Rol das circunstâncias judiciais | 734 |
| 5.5.2.1 | Culpabilidade | 734 |
| 5.5.2.2 | Antecedentes | 735 |
| 5.5.2.3 | Personalidade do agente | 739 |
| 5.5.2.4 | Conduta social | 740 |

| | | |
|------------|--|------------|
| 5.5.2.5 | Motivos do crime | 741 |
| 5.5.2.6 | Circunstâncias do crime..... | 741 |
| 5.5.2.7 | Consequências do crime..... | 742 |
| 5.5.2.8 | Comportamento da vítima..... | 743 |
| 5.6 | Segunda fase da fixação da pena: circunstâncias agravantes..... | 744 |
| 5.6.1 | Introdução..... | 744 |
| 5.6.2 | Circunstâncias agravantes..... | 745 |
| 5.6.2.1 | Reincidência | 747 |
| 5.6.2.1.1 | Introdução..... | 747 |
| 5.6.2.1.2 | Conceito e pressuposto..... | 748 |
| 5.6.2.1.3 | Reincidência e Lei de Contravenções Penais..... | 749 |
| 5.6.2.1.4 | Reincidência e condenação definitiva por pena exclusiva de multa..... | 750 |
| 5.6.2.1.5 | Espécies de reincidência | 751 |
| 5.6.2.1.6 | Eficácia temporal da condenação anterior para efeito da reincidência | 752 |
| 5.6.2.1.7 | Crimes que não induzem reincidência..... | 755 |
| 5.6.2.2 | Agravantes previstas no art. 61, II, do CP | 758 |
| 5.6.2.2.1 | Ter o agente cometido o crime por motivo fútil ou torpe..... | 758 |
| 5.6.2.2.2 | Para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime..... | 758 |
| 5.6.2.2.3 | À traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido..... | 759 |
| 5.6.2.2.4 | Com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum..... | 759 |
| 5.6.2.2.5 | Contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge..... | 760 |
| 5.6.2.2.6 | Com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica..... | 760 |
| 5.6.2.2.7 | Com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão | 762 |
| 5.6.2.2.8 | Contra criança, maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida | 762 |
| 5.6.2.2.9 | Quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade | 763 |
| 5.6.2.2.10 | Em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido | 763 |
| 5.6.2.2.11 | Em estado de embriaguez preordenada | 763 |
| 5.6.2.3 | Agravantes no concurso de pessoas | 764 |
| 5.6.2.3.1 | Introdução..... | 764 |
| 5.6.2.3.2 | Promove, ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes | 764 |

| | | |
|------------|--|------------|
| 5.6.2.3.3 | Coage ou induz outrem à execução material do crime..... | 765 |
| 5.6.2.3.4 | Instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade ou não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal..... | 765 |
| 5.6.2.3.5 | Executa o crime, ou nele participa, mediante paga ou promessa de recompensa..... | 766 |
| 5.7 | Circunstâncias atenuantes..... | 766 |
| 5.7.1 | Introdução..... | 766 |
| 5.7.2 | Ser o agente menor de 21, na data do fato, ou maior de 70 anos, na data da sentença..... | 767 |
| 5.7.3 | Desconhecimento da lei..... | 768 |
| 5.7.4 | Ter o agente cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral..... | 769 |
| 5.7.5 | Ter o agente procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano..... | 769 |
| 5.7.6 | Ter o agente cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima..... | 770 |
| 5.7.7 | Ter o agente confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime..... | 771 |
| 5.7.8 | Ter o agente cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou..... | 773 |
| 5.7.9 | Circunstâncias atenuantes inominadas..... | 773 |
| 5.8 | Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes genéricas..... | 774 |
| 5.8.1 | Introdução..... | 774 |
| 5.8.2 | Concurso entre reincidência e confissão espontânea..... | 775 |
| 5.8.3 | Concurso entre reincidência e menoridade relativa..... | 775 |
| 5.9 | Terceira fase da aplicação da pena: causas de aumento e de diminuição da pena..... | 776 |
| 5.9.1 | Introdução..... | 776 |
| 6. | CONCURSO DE CRIMES..... | 783 |
| 6.1 | Introdução..... | 783 |
| 6.2 | Sistemas de aplicação da pena..... | 784 |
| 6.2.1 | Sistema do cúmulo material..... | 784 |
| 6.2.2 | Sistema da exasperação da pena..... | 784 |
| 6.2.3 | Sistema da absorção..... | 784 |
| 6.3 | Concurso de crimes e a relação com outros institutos..... | 785 |
| 6.4 | Concurso material de crimes..... | 786 |
| 6.4.1 | Conceito..... | 786 |
| 6.4.2 | Espécies..... | 786 |
| 6.4.3 | Aplicação cumulativa de reclusão e detenção..... | 786 |
| 6.4.4 | Concurso material e penas restritivas de direitos..... | 787 |
| 6.4.5 | Cumprimento simultâneo ou sucessivo de penas restritivas de direitos..... | 787 |
| 6.4.6 | Aplicação da pena..... | 788 |

| | | |
|------------|---|-----|
| 6.5 | Concurso formal | 788 |
| 6.5.1 | Conceito..... | 788 |
| 6.5.2 | Espécies..... | 789 |
| 6.5.2.1 | Concurso formal homogêneo e heterogêneo..... | 789 |
| 6.5.2.2 | Concurso formal perfeito e concurso formal imperfeito..... | 789 |
| 6.5.3 | Aplicação da pena no concurso formal..... | 790 |
| 6.5.4 | Concurso formal e crime único..... | 792 |
| 6.6 | Concurso material benéfico | 794 |
| 6.7 | Crime continuado | 795 |
| 6.7.1 | Conceito..... | 795 |
| 6.7.2 | Natureza jurídica..... | 795 |
| 6.7.3 | Requisitos..... | 795 |
| 6.7.3.1 | Pluralidade de condutas..... | 796 |
| 6.7.3.2 | Crimes da mesma espécie..... | 796 |
| 6.7.3.3 | Conexão temporal..... | 796 |
| 6.7.3.4 | Conexão espacial..... | 797 |
| 6.7.3.5 | Maneira de execução..... | 797 |
| 6.7.4 | Unidade de desígnios..... | 797 |
| 6.7.5 | Espécies de crime continuado..... | 799 |
| 6.7.5.1 | Crime continuado comum..... | 799 |
| 6.7.5.2 | Crime continuado qualificado..... | 799 |
| 6.7.5.3 | Crime continuado específico..... | 799 |
| 6.7.6 | Aplicação da pena..... | 800 |
| 6.7.7 | Crime continuado e conflito de leis no tempo..... | 801 |
| 6.7.8 | Crime continuado e prescrição..... | 802 |
| 6.7.9 | Crime continuado e suspensão condicional do processo..... | 802 |
| 6.7.10 | Crime continuado entre crimes culposos..... | 803 |
| 6.7.11 | Distinção entre crime continuado e habitualidade criminosa..... | 803 |
| 6.8 | A pena de multa no concurso de crimes | 804 |
| 7. | LIMITE DAS PENAS | 805 |
| 7.1 | Introdução..... | 805 |
| 7.2 | Nova condenação e unificação das penas..... | 806 |
| 7.3 | Concurso de infrações..... | 807 |
| 8. | SUSPENSÃO CONDICIONAL DA EXECUÇÃO DA PENA (SURSIS) | 809 |
| 8.1 | Conceito..... | 809 |
| 8.2 | Requisitos..... | 809 |
| 8.2.1 | Requisitos objetivos..... | 810 |
| 8.2.2 | Requisitos subjetivos..... | 811 |
| 8.3 | Momento para concessão do <i>sursis</i> | 812 |
| 8.4 | Espécies de <i>sursis</i> | 813 |
| 8.5 | Condições..... | 813 |
| 8.6 | <i>Sursis</i> incondicionado..... | 814 |
| 8.7 | Período de prova..... | 815 |

| | | |
|-----------|--|------------|
| 8.8 | Prorrogação do período de prova | 815 |
| 8.9 | Causas de revogação do <i>sursis</i> | 817 |
| 8.9.1 | Revogação obrigatória | 817 |
| 8.9.2 | Revogação facultativa..... | 819 |
| 8.10 | Cassação do <i>sursis</i> | 819 |
| 8.11 | Extinção da pena..... | 820 |
| 8.12 | <i>Sursis</i> e crimes hediondos e equiparados | 821 |
| 8.13 | <i>Sursis</i> e detração | 822 |
| 8.14 | <i>Sursis</i> sucessivos | 822 |
| 8.15 | <i>Sursis</i> simultâneos | 823 |
| 8.16 | <i>Sursis</i> para estrangeiro | 823 |
| 8.17 | <i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i> | 823 |
| 8.18 | <i>Sursis</i> e indulto | 824 |
| 8.19 | <i>Sursis</i> e suspensão dos direitos políticos | 824 |
| 8.20 | <i>Sursis</i> e regime inicial do cumprimento da pena | 824 |
| 9. | LIVRAMENTO CONDICIONAL | 825 |
| 9.1 | Conceito..... | 825 |
| 9.2 | Livramento condicional x <i>sursis</i> | 825 |
| 9.3 | Requisitos..... | 826 |
| 9.3.1 | Requisitos objetivos..... | 826 |
| 9.3.1.1 | Natureza e quantidade da pena | 826 |
| 9.3.1.2 | Cumprimento de parte da pena | 827 |
| 9.3.1.3 | Reparação do dano, salvo efetiva impossibilidade | 828 |
| 9.3.2 | Requisitos subjetivos..... | 829 |
| 9.3.2.1 | Bom comportamento durante a execução da pena | 829 |
| 9.3.2.2 | Não cometimento de falta grave nos últimos 12 meses..... | 829 |
| 9.3.2.3 | Bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído | 831 |
| 9.3.2.4 | Aptidão para prover a própria subsistência com trabalho honesto.. | 831 |
| 9.3.2.5 | Constatação de condições pessoais que façam presumir que o liberado não voltará a delinquir na hipótese de condenado por crime doloso, cometido com violência ou grave ameaça..... | 831 |
| 9.4 | Vedação do livramento condicional..... | 831 |
| 9.5 | Condições do livramento condicional..... | 832 |
| 9.6 | Causas de revogação do livramento condicional..... | 833 |
| 9.6.1 | Causas de revogação obrigatória | 833 |
| 9.6.1.1 | Crime cometido durante a vigência do livramento condicional..... | 833 |
| 9.6.1.2 | Crime cometido antes do período de prova | 834 |
| 9.6.2 | Causas de revogação facultativa..... | 836 |
| 9.6.2.1 | Se o liberado deixar de cumprir qualquer das obrigações constantes na sentença..... | 836 |
| 9.6.2.2 | Se o liberado for irrecorrivelmente condenado, por crime ou contravenção, à pena que não seja privativa de liberdade..... | 836 |
| 9.7 | Período de prova..... | 837 |
| 9.8 | Suspensão do livramento condicional..... | 838 |
| 9.9 | Extinção da pena..... | 839 |

| | | |
|------------|---|------------|
| 9.10 | Questões complementares | 839 |
| 9.10.1 | Livramento condicional insubsistente | 839 |
| 9.10.2 | Livramento condicional cautelar | 840 |
| 9.10.3 | Livramento condicional e <i>habeas corpus</i> | 840 |
| 9.10.4 | Livramento condicional humanitário | 841 |
| 9.10.5 | Livramento condicional para estrangeiro | 841 |
| 10. | EFEITOS DA CONDENAÇÃO | 843 |
| 10.1 | Introdução | 843 |
| 10.2 | Efeitos da condenação | 844 |
| 10.2.1 | Efeitos principais | 844 |
| 10.2.2 | Efeitos secundários | 844 |
| 10.2.2.1 | Efeitos secundários de natureza penal | 844 |
| 10.2.2.2 | Efeitos secundários de natureza extrapenal | 845 |
| 10.2.2.2.1 | Efeitos genéricos | 845 |
| 10.2.2.2.2 | Confisco alargado | 847 |
| 10.2.2.2.3 | Efeitos específicos | 849 |
| 10.3 | Efeitos da condenação previstos na constituição federal e leis especiais | 851 |
| 10.3.1 | Suspensão dos direitos políticos | 851 |
| 10.3.2 | Lei de Abuso de Autoridade | 852 |
| 10.3.3 | Lei de Tortura | 852 |
| 10.3.4 | Lei de Lavagem de Capitais | 852 |
| 10.3.5 | Lei das Organizações Criminosas | 853 |
| 10.3.6 | Lei de Preconceito de Raça ou de Cor | 853 |
| 10.3.7 | Lei de Recuperação Judicial e Falências | 853 |
| 11. | REABILITAÇÃO | 855 |
| 11.1 | Conceito | 855 |
| 11.2 | Cabimento da reabilitação | 856 |
| 11.2.1 | Assegurar o sigilo dos registros sobre o processo e a condenação do sentenciado | 856 |
| 11.2.2 | Efeitos específicos da condenação | 857 |
| 11.2.2.1 | Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo | 857 |
| 11.2.2.2 | Perda do poder familiar, da tutela ou da curatela | 857 |
| 11.2.2.3 | Inabilitação para dirigir veículo | 858 |
| 11.3 | Requisitos | 858 |
| 11.3.1 | Requisitos objetivos | 858 |
| 11.3.2 | Requisitos subjetivos | 859 |
| 11.4 | Procedimento | 860 |
| 11.5 | Revogação | 860 |
| 12. | MEDIDA DE SEGURANÇA | 861 |
| 12.1 | Introdução | 861 |
| 12.2 | Espécies de medida de segurança | 862 |
| 12.3 | Pressupostos para aplicação da medida de segurança | 864 |

| | | |
|---|--|------------|
| 12.4 | Imposição de medida de segurança para inimputável | 865 |
| 12.5 | Duração da medida de segurança | 865 |
| 12.6 | Execução da medida de segurança | 867 |
| 12.7 | Internação provisória ou preventiva | 868 |
| 12.8 | Conversão do tratamento ambulatorial para internação | 868 |
| 12.9 | Conversão da pena em medida de segurança | 868 |
| 12.10 | Desinternação progressiva | 869 |
| 13. AÇÃO PENAL | | 871 |
| 13.1 | Conceito | 871 |
| 13.2 | Características | 871 |
| 13.3 | Condições da ação penal | 872 |
| 13.3.1 | Condições genéricas | 872 |
| 13.3.1.1 | Possibilidade jurídica do pedido | 872 |
| 13.3.1.2 | Legitimidade <i>ad causam</i> ou legitimidade para agir | 873 |
| 13.3.1.3 | Interesse de agir | 874 |
| 13.3.1.4 | Justa causa | 875 |
| 13.3.2 | Condições específicas | 875 |
| 13.4 | Classificação | 876 |
| 13.5 | Ação penal pública | 877 |
| 13.5.1 | Titularidade | 877 |
| 13.5.2 | Princípios | 877 |
| 13.5.2.1 | Princípio da indivisibilidade na ação penal pública | 879 |
| 13.5.3 | Ação penal pública incondicionada | 880 |
| 13.5.4 | Ação penal pública condicionada | 880 |
| 13.5.4.1 | Conceito | 880 |
| 13.5.4.2 | Natureza jurídica da representação | 881 |
| 13.5.4.3 | Legitimados para oferecer representação | 883 |
| 13.5.4.4 | Prazo | 884 |
| 13.5.4.5 | Retratação da representação | 884 |
| 13.5.4.6 | Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça | 886 |
| 13.6 | Ação penal privada | 887 |
| 13.6.1 | Conceito | 887 |
| 13.6.2 | Princípios | 887 |
| 13.6.3 | Titular | 889 |
| 13.6.4 | Prazo da ação penal privada | 889 |
| 13.6.5 | Ação penal privada subsidiária da pública | 890 |
| 13.7 | Ação penal no crime complexo | 891 |
| 13.8 | Ação penal no concurso de crimes | 891 |
| 13.9 | Ação penal em relação ao crime de lesão corporal praticado no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher | 892 |
| 14. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE | | 893 |
| 14.1 | Introdução | 893 |
| 14.2 | Causas extintivas da punibilidade previstas no art. 107 do CP | 893 |

| | | |
|-----------------------|---|------------|
| 14.3 | Causas de extinção da punibilidade x causas de exclusão da punibilidade | 894 |
| 14.4 | Momento de ocorrência das causas extintivas da punibilidade | 895 |
| 14.5 | Efeitos da extinção da punibilidade | 895 |
| 14.6 | Causas de extinção de punibilidade previstas no art. 107 do CP | 896 |
| 14.6.1 | Morte do agente | 896 |
| 14.6.2 | Anistia, graça e indulto | 896 |
| 14.6.2.1 | Anistia | 896 |
| 14.6.2.2 | Graça | 898 |
| 14.6.2.3 | Indulto | 899 |
| 14.6.3 | Lei posterior que deixa de considerar o fato criminoso (<i>abolitio criminis</i>) | 900 |
| 14.6.4 | Prescrição, decadência e perempção | 901 |
| 14.6.4.1 | Decadência | 901 |
| 14.6.4.2 | Perempção | 902 |
| 14.6.5 | Renúncia ao direito de queixa ou perdão aceito nos crimes de ação penal privada | 903 |
| 14.6.5.1 | Renúncia ao direito de queixa | 903 |
| 14.6.5.2 | Perdão do ofendido | 904 |
| 14.6.6 | Retratação do agente | 905 |
| 14.6.7 | Perdão judicial | 906 |
| 14.6.7.1 | Conceito | 906 |
| 14.6.7.2 | Natureza jurídica | 907 |
| 14.6.7.3 | Alcance | 907 |
| 14.7 | Extinção da punibilidade e crimes conexos, complexos e acessórios | 908 |
| 15. PRESCRIÇÃO | | 911 |
| 15.1 | Introdução | 911 |
| 15.2 | Fundamentos | 911 |
| 15.3 | Natureza jurídica | 913 |
| 15.4 | Imprescritibilidade | 913 |
| 15.5 | Prescrição x decadência | 915 |
| 15.6 | Espécies de prescrição | 915 |
| 15.7 | Efeitos da prescrição | 916 |
| 15.8 | Prazos para o cálculo da prescrição | 917 |
| 15.9 | Forma de contagem do prazo prescricional | 918 |
| 15.10 | Prescrição da pretensão punitiva | 921 |
| 15.10.1 | Introdução | 921 |
| 15.10.2 | Prescrição da pretensão punitiva em abstrato ou propriamente dita | 921 |
| 15.10.2.1 | Introdução | 921 |
| 15.10.2.2 | Cálculo do prazo da prescrição da pretensão punitiva em abstrato | 921 |
| 15.10.2.3 | Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva em abstrato | 923 |
| 15.10.2.4 | Causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva | 926 |
| 15.10.2.5 | Causas interruptivas da prescrição no concurso de pessoas e crimes conexos | 932 |
| 15.10.2.6 | Hipóteses de incidência da prescrição da pretensão punitiva em abstrato | 933 |

| | | |
|-------------|--|-----|
| 15.10.2.6.1 | Procedimento diverso do Tribunal do Júri..... | 933 |
| 15.10.2.6.2 | Procedimento do Tribunal do Júri | 935 |
| 15.10.3 | Prescrição da pretensão punitiva retroativa..... | 940 |
| 15.10.3.1 | Introdução | 940 |
| 15.10.3.2 | Pressupostos..... | 940 |
| 15.10.3.3 | Cálculo do prazo da prescrição da pretensão punitiva retroativa..... | 941 |
| 15.10.3.3.1 | Redução da pena aplicada na sentença pelo Tribunal.... | 941 |
| 15.10.3.4 | Hipóteses de incidência da prescrição da pretensão punitiva retroativa nos crimes diversos do procedimento do Tribunal do Júri | 942 |
| 15.10.3.5 | Hipóteses de incidência da prescrição da pretensão punitiva retroativa nos crimes diversos do procedimento do Tribunal do Júri | 945 |
| 15.10.3.6 | Prescrição da pretensão punitiva retroativa entre a data da consumação e o recebimento da denúncia e a ultra atividade do art. 110, § 2º, do CP..... | 945 |
| 15.10.4 | Prescrição da pretensão punitiva superveniente ou intercorrente..... | 947 |
| 15.10.4.1 | Introdução | 947 |
| 15.10.4.2 | Pressupostos..... | 947 |
| 15.10.4.3 | Cálculo do prazo da prescrição da pretensão punitiva retroativa..... | 948 |
| 15.10.4.4 | Hipótese de incidência da prescrição da pretensão punitiva superveniente ou intercorrente..... | 948 |
| 15.11 | Prescrição da pretensão executória | 949 |
| 15.11.1 | Introdução..... | 949 |
| 15.11.2 | Pressuposto | 950 |
| 15.11.3 | Termos iniciais..... | 950 |
| 15.11.4 | Causas interruptivas..... | 953 |
| 15.11.5 | Incomunicabilidade da prescrição da pretensão executória..... | 954 |
| 15.11.6 | Prescrição no caso de evasão do condenado ou de revogação do livramento condicional..... | 954 |
| 15.11.7 | Algumas hipóteses de incidência da prescrição da pretensão executória | 955 |
| 15.12 | Prescrição da pena de multa | 957 |
| 15.13 | Redução do prazo prescricional em face da idade do agente | 958 |
| 15.14 | Causas impeditivas e suspensivas da prescrição | 959 |
| 15.14.1 | Causas impeditivas e suspensivas da prescrição previstas fora do âmbito do Código Penal | 963 |
| 15.15 | Prescrição das penas mais leves e mais graves | 965 |
| 15.16 | Prescrição e concurso de crimes | 965 |
| 15.17 | Prescrição e detração penal | 966 |
| 15.18 | Prescrição projetada, antecipada, virtual ou em perspectiva | 967 |
| 15.19 | Prescrição e medida de segurança | 969 |
| 15.20 | Prescrição e ato infracional | 970 |
| 15.21 | Prescrição e Lei de Drogas | 971 |
| 15.22 | Prescrição e Código Penal Militar | 971 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 973 |